II

(Actos aprovados ao abrigo dos Tratados CE/Euratom cuja publicação não é obrigatória)

DECISÕES

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO

de 23 de Janeiro de 2009

que altera o Regulamento (CE) n.º 725/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao sistema do número IMO de identificação para as companhias e os proprietários declarados

[notificada com o número C(2009) 148]

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2009/83/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 725/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativo ao reforço da protecção dos navios e das instalações portuárias ⁽¹⁾, nomeadamente os n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 725/2004 adoptou medidas adequadas no domínio da política de transporte marítimo, estabelecendo normas comuns para a interpretação, aplicação e acompanhamento, a nível comunitário, das alterações à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar de 1974 (Convenção SOLAS) e do Código Internacional para a Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), adoptados pela Conferência Diplomática da Organização Marítima Internacional (IMO) a 12 de Dezembro de 2002.
- (2) As prescrições que constituem a parte A do Código ISPS, e que se tinham tornado obrigatórias por força do capítulo XI-2 do anexo da Convenção SOLAS, constam do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 725/2004.

- (3) Em 20 de Maio de 2005, a IMO adoptou a Resolução MSC 196(80), que altera o Código ISPS no que respeita às prescrições obrigatórias respeitantes às disposições do capítulo XI-2 do anexo da Convenção SOLAS, que constituem a parte A do referido código. Consequentemente, a versão actualizada dos instrumentos internacionais aplicáveis referidos no artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 725/2004 incluirá as alterações ao Código ISPS.
- (4) As alterações ao Código ISPS são adoptadas pela Organização Marítima Internacional, enquanto medida destinada a garantir a segurança marítima e a protecção do transporte marítimo, bem como a protecção do ambiente, bem como a facilitar a prevenção da fraude marítima. O processo de controlo de conformidade previsto no n.º 5 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 725/2004 não deve aplicar-se aos navios que efectuam serviços nacionais e às instalações portuárias que os servem, na medida em que as alterações ao Código ISPS introduzidas pela Resolução MSC 196(80) constituem uma actualização técnica das disposições do Código ISPS.
- (5) O referido processo de controlo de conformidade também não deve aplicar-se ao tráfego marítimo internacional, uma vez que, com base na avaliação efectuada pela Comissão, não existe risco de as referidas alterações diminuírem o nível de protecção do transporte marítimo ou serem incompatíveis com a legislação comunitária. Por outro lado, nenhum Estado-Membro solicitou à Comissão o início deste processo, nem exprimiu qualquer discordância relativamente à incorporação, nos instrumentos jurídicos comunitários pertinentes, das alterações às disposições da parte A do Código ISPS no que respeita ao tráfego marítimo internacional.

⁽¹⁾ JO L 129 de 29.4.2004, p. 6.

- (6) Os Estados-Membros em causa votaram por unanimidade/maioria qualificada ⁽¹⁾ a favor da incorporação, no Anexo II do Regulamento (CE) n.º 725/2004, da actualização técnica das disposições do Código ISPS no que respeita aos navios a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 725/2004 e às suas companhias.
- (7) O Anexo II do Regulamento (CE) n.º 725/2004 deve, por conseguinte, ser alterado em conformidade.
- (8) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do comité instituído pelo n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 725/2004,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O Anexo II do Regulamento (CE) n.º 725/2004 é alterado em conformidade com o disposto no anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

No que respeita ao tráfego marítimo internacional, a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (CE)

⁽¹⁾ Em função do resultado da votação.

n.º 725/2004, os Estados-Membros aplicarão na íntegra, a partir de 1 de Janeiro de 2009, as alterações às disposições dos apêndices 1 e 2 da parte A do Código ISPS, adoptadas em 20 de Maio de 2005 pela Resolução MSC 196(80) da IMO.

Artigo 3.º

No que respeita ao tráfego marítimo nacional, a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 725/2004, os Estados-Membros aplicarão na íntegra, a partir de 1 de Janeiro de 2009, as alterações às disposições dos apêndices 1 e 2 da parte A do Código ISPS, adoptadas em 20 de Maio de 2005 pela Resolução MSC 196(80) da IMO.

Artigo 4.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 23 de Janeiro de 2009.

Pela Comissão
Antonio TAJANI
Vice-Presidente

ANEXO

O apêndice da parte A do Anexo II do Regulamento (CE) n.º 725/2004 é alterado do seguinte modo:

1. No apêndice 1, «Certificado Internacional de Protecção do Navio», após a entrada «Nome e endereço da companhia», inserir a seguinte entrada:

«Número de identificação da companhia».

2. No Apêndice 2, «Certificado Internacional Provisório de Protecção do Navio», após a entrada «Nome e endereço da companhia», inserir a seguinte entrada:

«Número de identificação da companhia».